

## PORTUGAL

# Guia de procedimentos nº 2

## IDEIAS / REQUISITOS

### Tipologia de negócio:

## Atividades não sedentárias

[www.rutacece.com](http://www.rutacece.com)

1

El proyecto Ruta Hacia La Cooperación Empresarial Y Comercio Electrónico que está apoyado por la Unión Europea y cofinanciado por el FEDER, con cargo al Programa Operativo de Cooperación Transfronteriza España-Portugal 2007-2013, tiene por objetivo global incentivar la plena incorporación de las empresas a la Sociedad de la Información en ambos lados de la frontera e impulsar el emprendimiento cooperativo Algarve – Huelva. El coste total elegible del proyecto es de 912.243,32 euros, siendo la cofinanciación FEDER de 684182,49 euros y la tasa de cofinanciación del 75 %

## Introdução

O Município de Faro, prossequindo uma política de apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego, criou o **Serviço de Desenvolvimento Económico e Financiamento** (SDEF), o qual constitui um agente facilitador no processo de acesso ao exercício das variadas atividades económicas. Para o efeito presta informação sobre procedimentos, sobre normas legais a observar, sobre restrições legais e servidões administrativas, sobre programas de financiamento, sobre incentivos, bem como presta apoio institucional junto de outras entidades públicas e associativas.

[faroinveste@cm-faro.pt](mailto:faroinveste@cm-faro.pt) / [www.cm-faro.pt](http://www.cm-faro.pt) / +351 289870041

Deixa-se, porém, claro que o SDEF não substitui outros organismos internos e/ou externos que se devam pronunciar sobre o exercício de atividades económicas.

## Atividades não sedentárias

**Nota prévia:** O acesso ao exercício de atividades de carácter não sedentário encontra-se abrangido pelo **regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração**, aprovado pelo DL 10/2015, 16/01, disponível em <https://dre.pt/application/file/66229902> e adiante designado por **RJACSR**.

### 1. Conceitos

Considera-se: «Atividade **de comércio por grosso não sedentário**», a atividade de comércio por grosso em que a presença do comerciante nos locais de venda não reveste um carácter fixo e permanente, exercida nomeadamente em feiras, em unidades móveis ou amovíveis;

«**Atividade de comércio a retalho não sedentária**», a atividade de comércio a retalho em que a presença do comerciante nos locais de venda, em feiras ou de modo ambulante, não reveste um carácter fixo e permanente, realizada nomeadamente em unidades móveis ou amovíveis;

«**Atividade de restauração ou de bebidas não sedentária**», a atividade de prestar serviços de alimentação e de bebidas, mediante remuneração, em que a presença do prestador nos locais da prestação não reveste um carácter fixo e permanente, nomeadamente em unidades móveis ou amovíveis, bem como em instalações fixas onde se realizem menos de 20 eventos anuais, com uma duração anual acumulada máxima de 30 dias;

«**Feira**», o evento que congrega periódica ou ocasionalmente, no mesmo recinto, vários retalhistas ou grossistas que exercem a atividade com carácter não sedentário, na sua maioria em unidades móveis ou amovíveis, excetuando os arraiais, romarias, bailes, provas desportivas

e outros divertimentos públicos, os mercados municipais e os mercados abastecedores, não se incluindo as feiras dedicadas de forma exclusiva à exposição de armas;

«**Feirante**», a pessoa singular ou coletiva que exerce de forma habitual a atividade de comércio por grosso ou a retalho não sedentária em feiras;

«**Livre prestação de serviços**», a faculdade de empresário em nome individual nacional de Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu ou de pessoa coletiva constituída ao abrigo do direito de um desses Estados-Membros, previamente estabelecidos noutro Estado-Membro, aceder e exercer uma atividade de comércio ou de serviços em território nacional de forma ocasional e esporádica, sem que aqui se estabeleçam, sujeitos apenas a determinados requisitos nacionais, que lhes sejam aplicáveis nos termos legais;

«**Recinto de feira**» o espaço público ou privado, ao ar livre ou no interior, destinado à realização de feiras;

«**Vendedor ambulante**», a pessoa singular ou coletiva que exerce de forma habitual a atividade de comércio a retalho de forma itinerante, incluindo em unidades móveis ou amovíveis instaladas fora de recintos das feiras.

## II. Procedimento para acesso ao exercício de atividades não sedentárias

1. Está sujeito a **mera comunicação prévia**, o acesso e a alteração significativa das condições de exercício das seguintes atividades de caráter não sedentário:
  - a) A atividade de feirante, nas vertentes a seguir identificadas (lista VII do anexo I do DL 10/2015, de 16/01):
    - 47810 Comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda de produtos alimentares, bebidas e tabaco.
    - 47820 Comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda de têxteis, vestuário, calçado, malas e similares.
    - 47890 Comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda de outros produtos.
  - b) A atividade de vendedor ambulante, nas vertentes identificadas na alínea anterior (lista VII do anexo I do DL 10/2015, de 16/01);
  - c) A organização de feiras por entidades privadas, ainda que, ao abrigo da livre prestação de serviços, o empresário não esteja estabelecido em território nacional;
  - d) A atividade de restauração ou de bebidas não sedentária, ainda que, ao abrigo da livre prestação de serviços, o empresário não esteja estabelecido em território nacional;
  - e) A cessação das atividades referidas anteriormente, deve ser comunicada até 60 dias após a ocorrência do facto;
  - f) Os empresários não estabelecidos em território nacional, que aqui pretendam aceder ao exercício das atividades de comércio referidas nas alíneas a) e b), exercendo-as em regime de livre prestação, estão isentos do requisito de apresentação de mera comunicação prévia.

2. As meras comunicações prévias para acesso ao exercício de atividades não sedentárias previstas nas alíneas a) e b) do nº 1, acompanhadas dos dados e elementos instrutórios legalmente exigidos, devem ser apresentadas à DGAE através do «Balcão do empreendedor» em <https://bde.portaldocidadao.pt/EVO/RJACSR.aspx>
3. As meras comunicações prévias para acesso ao exercício de atividades não sedentárias previstas nas alíneas c) e d) do nº 1 do presente capítulo, acompanhadas dos dados e elementos instrutórios legalmente exigidos, devem ser apresentadas ao município territorialmente competente através do «Balcão do empreendedor» em <https://bde.portaldocidadao.pt/EVO/RJACSR.aspx>

### III. Título

O comprovativo eletrónico de entrega no «Balcão do empreendedor» das meras comunicações prévias previstas no RJACSR, acompanhado do comprovativo do pagamento das respetivas taxas, quando devidas, é prova única admissível do cumprimento dessas obrigações para todos os efeitos, sem prejuízo das situações de indisponibilidade da tramitação eletrónica dos procedimentos no «Balcão do empreendedor» ou de inacessibilidade deste.

### IV. Requisitos gerais para o exercício de atividades não sedentárias

Os operadores económicos que exerçam atividades não sedentárias de comércio, serviços ou restauração e bebidas estão sujeitos às seguintes obrigações gerais:

- a) Ao cumprimento das disposições do regulamento da atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes do Município de Faro que se encontra disponível em [http://cms-cms-faro.pt/upload\\_files/client\\_id\\_1/website\\_id\\_1/regulamentos/Eventos/Regulamentos%20das%20feiras%20e%20das%20atividades%20nao%20sedentarias.pdf](http://cms-cms-faro.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/regulamentos/Eventos/Regulamentos%20das%20feiras%20e%20das%20atividades%20nao%20sedentarias.pdf)
- b) À obtenção do título privativo de uso de domínio público, cumprindo as disposições do regime jurídico de **Ocupação do Espaço Público** que, no caso do Município de Faro, está disponível em [http://cms-cms-faro.pt/upload\\_files/client\\_id\\_1/website\\_id\\_1/Alteracao%20ao%20regulamento%20de%20ocupacao%20do%20espaco%20publico.pdf](http://cms-cms-faro.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Alteracao%20ao%20regulamento%20de%20ocupacao%20do%20espaco%20publico.pdf)
- c) Ao cumprimento das disposições do regime jurídico **Publicidade** que, no caso do Município de Faro, está disponível em [http://cms-cms-faro.pt/upload\\_files/client\\_id\\_1/website\\_id\\_1/Alteracao%20ao%20regulamento%20de%20ocupacao%20do%20espaco%20publico.pdf](http://cms-cms-faro.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Alteracao%20ao%20regulamento%20de%20ocupacao%20do%20espaco%20publico.pdf) e sujeito a procedimento no [balcão do empreendedor](#), devendo para o efeito selecionar a área de jurisdição do Município de Faro;

- d) Ao cumprimento das disposições que lhes sejam aplicáveis em matéria de **gestão de resíduos**, nos termos do DL 178/2006, de 05/09, alterado pelo DL 173/2008, de 26/08, pela Lei 64 -A/2008, de 31/12, pelos DL 183/2009, de 10/08, 73/2011, 17/06, e 127/2013, de 30/08;
- e) Ao cumprimento das disposições do regulamento geral do **ruído** (DL 9/2007, de 17/01, alterado pelo DL 278/2007, de 01/08, disponíveis em <https://dre.pt/application/file/522742> e em <https://dre.pt/application/file/636296>);
- f) Só podem ser colocados no mercado produtos seguros, nos termos do DL 69/2005, de 17/03, na redação atribuída pelos Decretos Regulamentares 57/2007, de 27/04, e 38/2012, de 10/04, relativo à segurança dos produtos colocados no mercado;
- g) No âmbito das atividades de comércio, os operadores económicos devem observar os direitos dos consumidores consagrados na Constituição e na lei.

#### *V. Requisitos especiais para a atividade de comércio a retalho não sedentária*

1. O exercício da atividade de comércio a retalho não sedentário por feirantes e vendedores ambulantes, estabelecidos em território nacional ou em regime de livre prestação de serviços, em recintos onde se realizem feiras e nas zonas e locais públicos autorizados, fica sujeito às disposições do presente capítulo, excetuando -se as seguintes situações:
  - a) Eventos de exposição e de amostra, ainda que nos mesmos se realizem vendas a título acessório;
  - b) Eventos, exclusiva ou predominantemente, destinados à participação de operadores económicos titulares de estabelecimentos, que procedam a vendas ocasionais e esporádicas fora dos seus estabelecimentos;
  - c) Mostras de artesanato, predominantemente destinadas à participação de artesãos;
  - d) Mercados municipais;
  - e) A distribuição domiciliária efetuada por conta de operadores económicos titulares de estabelecimentos, para fornecimento de géneros alimentícios, bebidas ou outros bens de consumo doméstico corrente;
  - f) A venda ambulante de lotarias regulada pelo DL 310/2002, de 18/12, na sua redação atual;
2. É proibido aos vendedores ambulantes:
  - a) Impedir ou dificultar o trânsito nos locais destinados à circulação de peões ou de veículos;
  - b) Impedir ou dificultar o acesso aos meios de transporte e às paragens dos respetivos veículos;
  - c) Impedir ou dificultar o acesso a monumentos e a edifícios ou instalações, públicos ou privados, bem como o acesso ou a exposição dos estabelecimentos comerciais.
3. É proibido o comércio a retalho não sedentário dos seguintes produtos:



- a) Produtos fitofarmacêuticos abrangidos pela Lei 26/2013, de 11/04;
  - b) Medicamentos e especialidades farmacêuticas;
  - c) Aditivos para alimentos para animais, pré-misturas preparadas com aditivos para alimentos para animais e alimentos compostos para animais que contenham aditivos a que se refere o n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento (CE) 183/2005, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12/01;
  - d) Armas e munições, pólvora e quaisquer outros materiais explosivos ou detonantes;
  - e) Combustíveis líquidos, sólidos ou gasosos, com exceção do álcool desnaturado;
  - f) Moedas e notas de banco, exceto quando o ramo de atividade do lugar de venda corresponda à venda desse produto estritamente direcionado ao colecionismo;
  - g) Veículos automóveis e motociclos, em modo ambulante.
4. É proibida a venda de bebidas alcoólicas junto de estabelecimentos escolares do ensino básico e secundário, sendo as áreas relativas à proibição delimitadas por cada município;
5. Os municípios podem proibir, nos seus regulamentos, o comércio não sedentário de outros produtos além dos referidos no n.º 2, sempre que devidamente fundamentado por razões de interesse público;
6. No exercício do comércio não sedentário os feirantes e os vendedores ambulantes devem obedecer à legislação específica aplicável aos produtos comercializados, designadamente:
- a) No comércio de produtos alimentares devem ser observadas as disposições do DL 113/2006, de 12/06, alterado pelo DL 223/2008, de 18/11, e as disposições do Regulamento (CE) 852/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29/04, relativo à higiene dos géneros alimentícios, sem prejuízo do cumprimento de outros requisitos impostos por legislação específica aplicável a determinadas categorias de produtos;
  - b) No comércio de animais das espécies bovinas, ovina, caprina, suína e equídeos, aves, coelhos e outras espécies pecuárias, devem ser observadas as disposições constantes do DL 142/2006, de 27/07, e do anexo I do DL 79/2011, de 20/06, alterado pelo DL 260/2012, de 12/12;
  - c) No comércio de animais de companhia devem ser observadas as disposições constantes do DL 276/2001, de 17/10, alterado pelos DL 315/2003, de 17/12, e 265/2007, de 24/07, pela Lei 49/2007, de 31/08, e pelos DL 255/2009, de 24/09, e 260/2012, de 12/12;
  - d) No comércio de espécies de fauna e flora selvagem devem ser observadas as disposições constantes do Regulamento (CE) 338/97, do Conselho, de 9/12 de 1996, relativo à proteção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio.
7. A instalação e a gestão do funcionamento de cada feira retalhista organizada por entidade privada é da exclusiva responsabilidade da entidade gestora, a qual tem os poderes e autoridade necessários para fiscalizar o cumprimento do respetivo regulamento interno e assegurar o bom funcionamento da feira;

8. Sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 14 do presente capítulo, a organização de uma feira retalhista por entidades privadas em locais de domínio público está sujeita ao procedimento de cedência de utilização do domínio público a entidades privadas para a realização de feiras, nos termos das alíneas a) e c) do n.º 1 do capítulo VIII. *Regime geral para a ocupação do domínio público;*
9. As feiras podem realizar -se em recintos públicos ou privados, ao ar livre ou no interior, desde que:
  - a) O recinto esteja devidamente delimitado, acautelando o livre acesso às residências e estabelecimentos envolventes;
  - b) Os lugares de venda se encontrem devidamente demarcados;
  - c) As regras de funcionamento estejam afixadas;
  - d) Existam infraestruturas de conforto, nomeadamente instalações sanitárias, rede pública ou privada de água, rede elétrica e pavimentação do espaço adequadas ao evento;
  - e) Possuam, na proximidade, parques ou zonas de estacionamento adequados à sua dimensão;
10. Os recintos com espaços de venda destinados à comercialização de géneros alimentícios ou de animais devem igualmente cumprir os requisitos impostos pela legislação específica aplicável a cada uma destas categorias de produtos, no que concerne às infraestruturas;
11. Compete à assembleia municipal, sob proposta das câmaras municipais, aprovar o regulamento do comércio a retalho não sedentário do respetivo município, do qual deve constar:
  - a) As regras de funcionamento das feiras do município;
  - b) As condições para o exercício da venda ambulante;
12. Os regulamentos municipais devem ainda identificar de forma clara os direitos e obrigações dos feirantes e dos vendedores ambulantes e a listagem dos produtos proibidos ou cuja comercialização depende de condições específicas de venda;
13. Os regulamentos previstos no presente artigo são publicados no «Balcão do empreendedor», no caso de Faro o projeto de regulamento da atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes do Município de Faro encontra-se disponível em  
[http://cms.cm-faro.pt/upload\\_files/client\\_id\\_1/website\\_id\\_1/regulamentos/Eventos/Regulamentos%20das%20feiras%20e%20das%20atividades%20nao%20sedentarias.pdf](http://cms.cm-faro.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/regulamentos/Eventos/Regulamentos%20das%20feiras%20e%20das%20atividades%20nao%20sedentarias.pdf)
14. Entre as **regras de funcionamento das feiras** do município, no regulamento referido no artigo anterior devem constar, nomeadamente:
  - a) As condições de admissão dos feirantes e os critérios para a atribuição dos respetivos espaços de venda, devendo o procedimento de seleção assegurar a não discriminação entre operadores económicos nacionais e provenientes de outros Estados-Membros da União

Europeia ou do Espaço Económico Europeu e ser efetuado de forma imparcial e transparente, publicitada em edital e no «Balcão do empreendedor», cumprindo o disposto no n.º 17 do presente capítulo;

- b) As normas de funcionamento, incluindo normas para uma limpeza célere dos espaços de venda aquando do levantamento da feira;
- c) O horário de funcionamento;

15. As regras de funcionamento das feiras do município podem prever lugares destinados a participantes ocasionais, nomeadamente:

- a) Pequenos agricultores, que não estejam constituídos como operadores económicos e, que pretendam participar na feira para vender produtos da sua própria produção, por razões de subsistência devidamente comprovadas pela junta de freguesia da área de residência;
- b) Vendedores ambulantes;
- c) Outros participantes ocasionais;

16. As regras de funcionamento das feiras do município podem prever lugares destinados a prestadores de serviços, nomeadamente de restauração ou de bebidas em unidades móveis ou amovíveis;

17. A atribuição de espaços de venda deve ser realizada com periodicidade regular, e ser aplicado a todos os lugares novos ou deixados vagos, podendo ficar sujeitos ao pagamento de uma taxa a fixar pelo município em regulamento, não podendo ser objeto de renovação automática, nem devendo prever condições mais vantajosas para o feirante cuja atribuição de lugar tenha caducado ou para quaisquer pessoas que com este mantenham vínculos de parentesco ou afinidade, vínculos laborais ou, tratando -se de pessoa coletiva, vínculos de natureza societária;

18. Às feiras ocasionais aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto nos números anteriores;

19. O montante da taxa a que se refere o anterior n.º 17 é determinado em função do valor por metro quadrado e da existência dos seguintes fatores considerados fundamentais para o exercício da atividade:

- a) Tipo de estacionamento, coberto ou não coberto;
- b) Localização e acessibilidades;
- c) Infraestruturas de conforto, nomeadamente instalações sanitárias, rede pública ou privada de água, rede elétrica, rede de telecomunicações, pavimentação do espaço;
- d) Proximidade do serviço público de transportes, de parques ou zonas de estacionamento;
- e) Duração da atribuição;

20. Entre as regras para o exercício da **venda ambulante** no regulamento referido no artigo anterior devem constar, nomeadamente:

- a) A indicação das zonas e locais autorizados à venda ambulante;



- b) Os horários autorizados;
  - c) As condições de ocupação do espaço, colocação dos equipamentos e exposição dos produtos;
21. Os municípios podem, em relação à venda ambulante, e tendo em atenção razões higio-sanitárias, urbanísticas, de comodidade para o público e relativas ao meio ambiente:
- a) Proibir a venda ambulante em todo o município, em determinadas zonas ou a uma distância mínima dos estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços ou de restauração ou de bebidas;
  - b) Interditar ocasionalmente zonas autorizadas para o exercício do comércio ambulante;
  - c) Fornecer meios para o exercício da atividade, exigindo, ou não, em tal caso, a sua utilização pelos vendedores;
  - d) Delimitar locais ou zonas de acesso aos veículos ou reboques utilizados na venda ambulante;
  - e) Estabelecer zonas e locais especialmente destinados ao comércio ambulante de certas categorias de produtos;
  - f) Restringir o exercício da atividade em determinadas zonas e locais, ou para todo o município, a um número fixo de vendedores ambulantes, por razões relacionadas com a limitação do espaço autorizado, devendo o procedimento de seleção para a atribuição de direitos temporários de uso do espaço público assegurar a não discriminação entre operadores económicos nacionais e provenientes de outros Estados-Membros da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu e ser efetuado de forma imparcial e transparente, publicitada em edital e no «Balcão do empreendedor», cumprindo o disposto no número seguinte;
22. A atribuição de direito de uso de espaço público deve ser realizada com periodicidade regular, e ser aplicado a todos os lugares novos ou deixados vagos, podendo ficar sujeitos ao pagamento de uma taxa a fixar pelo município em regulamento, não podendo ser objeto de renovação automática, nem devendo prever condições mais vantajosas para o vendedor ambulante cuja atribuição de lugar tenha caducado nem para quaisquer pessoas que com este mantenham vínculos de parentesco ou afinidade, bem como vínculos laborais ou, tratando -se de pessoa coletiva, vínculos de natureza societária.

## VI. *Requisitos especiais para a atividade de comércio por grosso não sedentária*

1. Entre as regras de **funcionamento das feiras** organizadas por entidades públicas devem constar, nomeadamente:
  - a) As condições de admissão dos grossistas e os critérios para a atribuição dos respetivos espaços de venda, devendo o procedimento de seleção para a atribuição de direitos temporários de uso do espaço público assegurar a não discriminação entre operadores económicos nacionais e provenientes de outros Estados-Membros da União Europeia ou do

Espaço Económico Europeu e ser efetuado de forma imparcial e transparente, publicitada em edital e no «Balcão do empreendedor», cumprindo o disposto no número seguinte;

b) As normas de funcionamento, incluindo normas para uma limpeza célere dos espaços de venda aquando do levantamento da feira;

c) O horário de funcionamento;

2. A atribuição dos espaços de venda em feiras deve ser realizada com periodicidade regular, e ser aplicado a todos os lugares novos ou deixados vagos, podendo ficar sujeitos ao pagamento de uma taxa a fixar pelo município em regulamento, não podendo ser objeto de renovação automática, nem devendo prever condições mais vantajosas para o vendedor ambulante cuja atribuição de lugar tenha caducado nem para quaisquer pessoas que com este mantenham vínculos de parentesco ou afinidade, bem como vínculos laborais ou, tratando -se de pessoa coletiva, vínculos de natureza societária;
3. As regras de funcionamento podem prever lugares destinados a prestadores de serviços, nomeadamente de restauração e de bebidas em unidades móveis ou amovíveis;
4. Às feiras ocasionais aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto nos números anteriores;
5. O montante da taxa a que se refere o n.º 2, do presente capítulo, é determinado em função do valor por metro quadrado e da existência dos seguintes fatores considerados fundamentais para o exercício da atividade:
  - a) Tipo de estacionamento, coberto ou não coberto;
  - b) Localização e acessibilidades;
  - c) Infraestruturas de conforto, nomeadamente instalações sanitárias, rede pública ou privada de água, rede elétrica, rede de telecomunicações, pavimentação do espaço;
  - d) Proximidade do serviço público de transportes, de parques ou zonas de estacionamento;
  - e) Duração da atribuição;
6. A instalação e a gestão do funcionamento de cada feira grossista organizada por entidade privada é da exclusiva responsabilidade da entidade gestora, a qual tem os poderes e autoridade necessários para fiscalizar o cumprimento do respetivo regulamento interno e assegurar o bom funcionamento da feira;
7. A obtenção de título privativo de domínio público para a realização de feira grossista por entidade privada segue os termos das alíneas a) e c) do n.º 1 do capítulo VIII. Regime geral para a ocupação do domínio público;
8. No exercício do comércio não sedentário os grossistas devem obedecer à legislação específica aplicável aos produtos comercializados, designadamente a referida no nº 6 do capítulo V. *Requisitos especiais para a atividade de comércio a retalho não sedentária;*
9. A atividade de comércio por grosso de géneros alimentícios de origem animal que exijam condições de temperatura controlada é obrigatoriamente desenvolvida em recinto fechado.

## VII. *Requisitos especiais para a atividade de restauração ou de bebidas não sedentária*

1. As unidades de restauração ou de bebidas móveis, amovíveis ou fixas de uso temporário devem cumprir os requisitos constantes do capítulo III do anexo II ao Regulamento (CE) 852/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29/04;
2. A violação do disposto no número anterior é punida nos termos do DL 113/2006, de 12/06, alterado pelo DL 223/2008, de 18/11;
3. A atribuição de espaço de venda a prestadores de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário segue:
  - a) O regime de atribuição aplicável na organização e funcionamento das feiras retalhistas, mercados municipais e mercados abastecedores;
  - b) As condições para o exercício da venda ambulante referidas nos pontos 20. a 22. do capítulo V. *Requisitos especiais para a atividade de comércio a retalho não sedentária* (pág. 8 e 9);
4. Os prestadores estabelecidos em território nacional que prestem serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário devem comunicar, através do «Balcão do empreendedor» a cessação da respetiva atividade, no prazo máximo de 60 dias após a ocorrência do facto;

## VIII. *Regime geral para a ocupação do domínio público*

1. A utilização de domínio público no acesso e exercício das atividades de comércio, serviços e restauração ou de bebidas abrangidas pelo RJACSR segue os termos gerais, nomeadamente:
  - a) O DL 280/2007, de 7/08, alterado pelas Leis 55 -A/2010, de 31/12, 64 -B/2011, de 30/12, e 66 -B/2012, de 31/12, pelo DL 36/2013, de 11/03, e pela Lei 83 -C/2013, de 31/12, na utilização privativa de bens imóveis do domínio público do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais;
  - b) A Lei 58/2005, de 29/12, alterada pelos DL 245/2009, de 22/09, 60/2012, de 14/03, e 130/2012, de 22/06, e o DL 226 -A/2007, de 31/05, na utilização de recursos hídricos do domínio público;
  - c) O Estatuto das Estradas Nacionais, na utilização dos bens do domínio público rodoviário do Estado e respetivas zonas de servidão rodoviária e de respeito;
2. Excetua-se do disposto da alínea a) do número anterior a ocupação de espaço público junto ao estabelecimento regida pela subsecção II da secção II do capítulo II do DL 48/2011, de 1/04, alterado pelo DL 141/2012, de 12/07;

3. Em feiras ou mercados de entidades públicas os espaços de venda são atribuídos nos termos prescritos no RJACSR;
4. Perante a cedência de exploração de locais de domínio público a entidades privadas para a realização de feiras ou para a instalação de mercados abastecedores, nos termos referidos na alínea a) do n.º 1 do presente capítulo, os espaços de venda nessas feiras ou mercados é atribuído nos termos prescritos nos respetivos regulamentos, observado o cumprimento do RJACSR.

## IX. Apoios financeiros

### a) Apoio à criação de emprego - o IEFP

O IEFP tem uma série de programas de apoio à criação de emprego e programas de estágio, que podem ser interessantes para o exercício da atividade, em

<http://www.iefp.pt/apoios/empresas/Paginas/Empresas.aspx>

### b) Financiamento a empresas - o IAPMEI

Financiamentos para a criação e revitalização de empresas (genericamente reembolsáveis) podem ser obtidos junto do IAPMEI, em <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-01.php?temaid=31>

### c) Apoio à inovação, competitividade e internacionalização – CRESC Algarve 2020

O Programa Operacional do Algarve no quadro comunitário de apoio 2014-2020, disponibiliza financiamento para a qualificação, inovação, competitividade e internacionalização das empresas, cujos avisos de abertura de candidaturas estão disponíveis em <http://algarve2020.eu/info/avisos>

### d) Microcrédito

A Câmara Municipal de Faro estabeleceu protocolo de colaboração com 2 agências de Microcrédito, no sentido de promover o empreendedorismo local, as quais oferecem as seguintes condições (sem prejuízo da necessidade de obter informação junto da respetiva agência):

- i. Novo Banco – montante:  $\geq 250,00\text{€}$  e  $\leq 12.500,00\text{€}$ ; prazo:  $\geq 3$  meses e  $\leq 48$  meses; período carência:  $\leq 6$  meses; reembolso: prestações mensais;
- ii. Millennium BCP – montante:  $\geq 1.000,00\text{€}$  e  $\leq 25.000,00\text{€}$ ; prazo:  $\leq 48$  e  $60$  meses (para montantes  $\leq 7.000,00\text{€}$  e  $> 7.000,00\text{€}$ , respetivamente); reembolso: prestações mensais.

## X. Outras informações úteis

- Para criar ou alterar a sua empresa aceda a

<https://bde.portaldocidadao.pt/evo/Templates/GeralEO.aspx?NRNODEGUID=%7B0AB79FDE-92FE-4BEF-84CE-962D954F4D59%7D>

- Para dar início de atividade junto da Autoridade Tributária e Aduaneira veja as orientações em <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/BFE821C5-4A5A-4BDB-B6DF->

Ruta hacia la  
Cooperación Empresarial  
y Comercio Electrónico



Rota de  
Cooperação Empresarial  
e Comércio Eletrónico

[99064DAD889B/0/MANUALDEINICIOvers%C3%A3oPortaldasFinan%C3%A7as2011.pdf](https://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/home.action) e registe-se em <https://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/home.action>

- Para elaborar o seu plano de negócios poderá recorrer às orientações do IAPMEI em <https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Empreendedorismo-Inovacao/Empreendedorismo/O-Plano-de-Negocios.aspx>

- Para aceder ao modelo EXCEL de plano de negócios do IAPMEI, siga o link: <https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Assistencia-Tecnica-e-Formacao/Ferramentas/Ferramenta-de-Avaliacao-de-Projetos-de-Investimento.aspx>

- Para outras informações sobre práticas fiscais, siga o link: [http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio\\_contribuinte/](http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/)

[www.rutacece.com](http://www.rutacece.com)

13

El proyecto Ruta Hacia La Cooperación Empresarial Y Comercio Electrónico que está apoyado por la Unión Europea y cofinanciado por el FEDER, con cargo al Programa Operativo de Cooperación Transfronteriza España-Portugal 2007-2013, tiene por objetivo global incentivar la plena incorporación de las empresas a la Sociedad de la Información en ambos lados de la frontera e impulsar el emprendimiento cooperativo Algarve – Huelva. El coste total elegible del proyecto es de 912.243,32 euros, siendo la cofinanciación FEDER de 684.182,49 euros y la tasa de cofinanciación del 75 %



Unión Europea  
FEDER  
Invertimos en su futuro

